

# No último dia, 460 nomeações

BRASÍLIA — O *Diário Oficial* publicado no último dia de vigência da Constituição de 1967 manteve uma tradição do antigo regime: em suas 182 páginas, o Poder Executivo festejou a chegada da nova Constituição, que proíbe contratações para o serviço público sem concurso, com a nomeação de 460 funcionários. O ex-porta-voz da Presidência da República, Frota Neto, por exemplo, foi contratado como "administrador" da Fundação Centro Brasileiro TV Educativa (Funtevê), que atualmente ele mesmo administra.

Jornalista, Frota Neto já

## Disputa agora na legislação complementar

BRASÍLIA — A partir de hoje começa a guerra surda entre o Palácio do Planalto e o Congresso Nacional para incluir na legislação complementar o que não foi possível consignar na nova Constituição da República. "Será um período fértil", prevê o consultor-geral da República, José Saulo Ramos. Numa demonstração de que ainda goza da confiança do presidente José Sarney, ele começará a publicar no *Diário Oficial* da União de amanhã uma série de pareceres normatizando a conduta do Executivo diante da nova ordem constitucional.

O primeiro deles será para torpedear o tabelamento dos juros bancários em 12% que, no entender do consultor, não é aplicável enquanto não for editada uma lei específica regulamentado-o. Com esse parecer, Saulo Ramos vai entrar em guerra aberta com muitos juristas, entre os quais Miguel Reale Júnior, cuja interpretação é de que a medida deveria ser seguida pelo mercado financeiro imediatamente após a promulgação da nova Carta.

No dia 11, o consultor, ainda sob a orientação do presidente, emitirá outro parecer para evitar que o Serviço Nacional de Informações (SNI) seja obrigado a abrir seu fichário secreto por força do recurso de *habeas data*, previsto na nova Constituição.

foi subsecretário de Imprensa e secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, presidente da Radiobrás e da extinta Empresa Brasileira de Notícias (EBN), onde ficou por apenas nove horas no cargo devido a divergências com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, está na presidência da Funtevê desde abril do ano passado e, quando assumiu, prometeu enxugar sua máquina administrativa, que considerava inchada, com quatro mil funcionários.

Mas o ex-porta-voz não está sozinho. O diretor de publicações do Departamento de Imprensa Nacional (DIN), Edson Garcia, conseguiu burlar até a

Secretaria de Administração (Sedap), que o contratou para a Fundação Centro de Formação do Servidor Público (Funcep). Sua nomeação para a fundação foi publicada no *Diário Oficial* de terça-feira, três páginas antes de sua nomeação como supervisor de publicações do Departamento de Imprensa Nacional. No mesmo dia, Edson Garcia conseguiu dois empregos públicos, o que é proibido em decreto-lei baixado pelo presidente Sarney, em abril, inspirado em sugestão da Sedap, que ficou com a tarefa de fiscalizar sua aplicação.

Mas o maior presente de on-

tem foi para as 19 universidades federais brasileiras, que foram autorizadas a contratar 313 funcionários, entre professores e pessoal de apoio administrativo. A Universidade Federal da Bahia conseguiu contratar 87 servidores, seguida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com 57 funcionários.

Além das nomeações e da concessão de abono para o servidor público federal que participar das festividades do ano judaico e do Dia do Perdão, o *Diário Oficial* publicou a mudança do quadro permanente de funcionários de oito ministérios: Exército, Interior, Saúde, Jus-

tiça, Fazenda, Ciência e Tecnologia, Planejamento e Interior. Isso representará a criação de um número indefinido de novos cargos na estrutura desses ministérios.

Foram reformulados, ainda, a Fundação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Instituto Nacional de Tecnologia (INT) e o Conselho Nacional de Informática e Automação, que retornou à alçada da Presidência da República (leia matéria na seção de Economia). Ontem, o Ministério do Exército reconheceu mais 106 ex-combatentes, dando-lhes direito a aposentadoria especial.

## Decretos-leis podem perder sua validade

BRASÍLIA — Com a entrada em vigor da nova Constituição, o Congresso Nacional vai ter de examinar, até o dia 5, cerca de dez decretos-leis assinados pelo presidente Sarney de 3 de setembro até a véspera da promulgação. Caso contrário, os atos perderão a validade. "Estão dando uma importância exagerada ao fato", disse ontem o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil, poucos minutos antes da promulgação do texto constitucional. "Os decretos-leis editados nesse período passam a ter o mesmo tratamento das Medidas Provisórias com Força de Lei (MPFL) previstas no texto atual", explicou.

O fato é que tanto os decretos-leis assinados por Sarney entre 3 de setembro e 4 de outubro, como as MPFLs, têm o prazo de 30 dias para serem examinados pelo Congresso. O tempo dos decretos, contudo, começa a contar a partir de hoje. Assim, se no dia 5 de novembro o Congresso não tiver apreciado, por exemplo, o decreto-lei que o presidente assinou na segunda-feira, concedendo a redução de 80% do Imposto de Importação sobre componentes, equipamentos e instrumentos importados, desde que se destinem a empresas de rádio e TV, o documento deixará de ter valor. O Congresso tem também de examinar o decreto-lei que Sarney assinou dois dias antes da promulgação da Carta, permitindo a todo estrangeiro em situação ilegal no País, desde que tenha entrado no Brasil até 1º de julho, pedir registro de permanência provisória.